

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.017 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 19 DE JANEIRO DE 2000

Com a presença de 79 dos 81 senadores, o plenário realizou ontem o quarto dia de discussão da emenda sobre os gastos das câmaras municipais

UF	SENADOR
AC	MARINA SILVA
AM	NABOR JONFOR
AP	TIÃO YIARA
BA	R. CALHEIROS
CE	MELOISA HELENA

Hora	18 de Jan de 2000	REGISTRO DE COMPARECIMENTO							
17:48		AC	ES	MA	ME	PI	PR	TO	
		MARINA SILVA	G. CAMATA	BELLO PARGA	LÚCIO COELHO	FREITAS NETO	GERALDO MELO	O. PATROCÍNIO	
		NABOR JONFOR	LUZIA TOLEDO	EDISON LOBÃO	RAMEZ TEBET	HUGO NAPOLEÃO	JOSÉ AGRIPINO	L. GUNT AMILHA	
		TIÃO YIARA	PAULO HARTUNG	JOÃO A. SOUZA	J. FONSECA	ALBERTO SILVA	AGNELO ALVES	E. S. CAMPOS	
		AL	GO	MT	PE	RJ	RS		
		R. CALHEIROS	IRIS REZENDE	C. BEZERRA	A. FREIRE	A. DATAYOLA	E. FERNANDES		
		MELOISA HELENA	M. MIRANDA	JONAS PINHEIRO	JOSÉ JORGE	G. CÂNDIDO	JOSÉ FOGAÇA		
			MAQUITO VELOZA	A. P. BARROS		R. SATURNINO	PEDRO SIMON		
TOT: 79									



Senado vota hoje controle de gastos das câmaras municipais

Proposta fixa os percentuais de despesas com vereadores de acordo com a população do município. Senadores Roberto Freire, Marina Silva e Francelino Pereira participaram ontem do debate da matéria no plenário



COMISSÃO VOTA RELATÓRIO DO ORÇAMENTO

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização aprovou ontem o relatório setorial relativo à Área Temática I, que engloba dotações para os poderes Judiciário e Legislativo e alguns órgãos do Executivo, como a Presidência da República.

PÁGINA 2

CAE

Calabi terá de explicar política do BNDES

PÁGINA 5

CRE

Aprovado tratado sobre extradição

PÁGINA 7

O Senado deve votar hoje, em primeiro turno, a proposta de emenda constitucional que limita os gastos das câmaras municipais. O objetivo da proposta — que, se aprovada, ainda será submetida a segundo turno de votação — é fixar, de acordo com a população das cidades, os percentuais do orçamento muni-

pal que podem ser gastos com as câmaras de vereadores. De autoria do então senador Espiridião Amin, o texto original foi votado no Senado, alterado na Câmara e aguarda nova deliberação dos senadores. Ontem, os senadores Roberto Freire, Marina Silva e Francelino Pereira discutiram a matéria.

PÁGINA 3

Senadores discutem redução de juros dos fundos constitucionais

Jader Barbalho, Sérgio Machado e Ademir Andrade debateram, ontem, em plenário, a medida provisória que trata dos juros dos fundos constitucionais.

PÁGINA 6



Barbosa Lima Sobrinho terá sessão, proposta por Simon, pela passagem de seus 103 anos

Congresso vai homenagear jornalista

Por unanimidade, o plenário do Senado aprovou ontem requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS) para que o Congresso Nacional realize uma sessão de homenagem ao jornalista Barbosa Lima Sobrinho pela passagem de seus 103 anos. Na ocasião, Simon observou que alguém pode não concordar com as idéias do jornalista, mas tem que reconhecer sua coerência, dignidade, correção e angústia pelos problemas do Brasil.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, associou-se à homenagem, definindo o jornalista como figura invulgar de homem público, que brilhou em todas as atividades exercidas no país, inclusive como governador de Pernambuco. Para o presidente do Senado, Barbosa Lima Sobrinho marca sua vida pelo idealismo e grande amor pelo país, sendo "um verdadeiro imortal". Ele anunciou que pretende tratar com o presidente da Câmara, Michel Temer, da realização dessa homenagem pelo Congresso.

Conforme Pedro Simon, o aniversário de Barbosa Lima Sobrinho transcorre no próximo dia 22, sendo da maior importância homenageá-lo enquanto está vivo. Chamando-o de cidadão brasileiro exemplar, disse que, por mais de 50 anos, o jornalista mantém sua coluna no *Jornal do Brasil*, escrevendo páginas e páginas de análise da conjuntura política, econômica e social, num estilo único.

"Ele analisa o que era, o que é e defende o que deve ser, sempre pensando no Brasil", disse Simon. Observando que estamos vivendo uma época sem referenciais, Simon afirmou que antigamente havia muitas pessoas de quem se podia discordar mas que eram indiscutivelmente grandes cidadãos. Hoje, lamentou ele, não há mais uma referência nacional como continua sendo Barbosa Lima Sobrinho.

Comissão aprova orçamento de R\$ 12,1 bi para Poderes do Estado

Parlamentares argumentam que corte total de recursos para a obra do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, determinado pelo relator, poderá levar a mais prejuízos

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização aprovou ontem o relatório setorial relativo à Área Temática I (Poderes do Estado e Representação), que engloba o Poder Legislativo, o Poder Judiciário, o Ministério das Relações Exteriores, a Presidência da República e seus órgãos. A proposta, no valor de cerca de R\$ 12,1 bilhões, foi aprovada com a ressalva dos destaques apresentados ao relator setorial, deputado Wilson Braga (PFL-PB), para serem votados no início da reunião de hoje, marcada para as 10h.

Alguns parlamentares argumentaram que o corte total de recursos para a obra do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo, determinado pelo relator, poderá levar a mais prejuízos — além do superfaturamento e do desvio de dinheiro, apontados pela CPI do Judiciário. O próprio presidente da Comissão de Orçamento, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), concordou em que, por meio de destaque, seja destinada verba para manutenção da



A Comissão Mista de Orçamento volta a se reunir hoje para analisar destaques

área construída de modo a evitar a deterioração do prédio.

— Decidi cancelar R\$ 1 milhão destinados ao TRT por causa do escândalo envolvendo a obra — disse Braga.

A proposta orçamentária enviada pelo Executivo representou um aumento de R\$ 14,7% (cerca de R\$ 1,5 bilhão) em relação a 1999. Enquanto o Poder Legislativo e o Ministério Público elevaram seus orçamentos em 1,43% e 6,36%, respectivamente, os

poderes Judiciário e Executivo (Presidência e Ministério das Relações Exteriores) tiveram suas programações majoradas em 16,83% e 28,24%, respectivamente.

O senador Tião Viana (PT-AC) criticou o excesso de gastos com prédios públicos: "Deveríamos privilegiar o orçamento social".

Mestrinho explicou que a elevação dos gastos do Executivo deveu-se à incorporação de novas obrigações

como a folha de salários e outras despesas da Advocacia Geral da União.

Boa parte dos trabalhos da reunião foi despendida na discussão sobre critérios para o aproveitamento de emendas. As emendas de comissões acabaram relegadas em favor das emendas de parlamentares e do relator. Braga afirmou que as emendas das comissões poderão ser aproveitadas na forma de destaques desde que o relator geral mande novos recursos.

ACM sugere à Câmara que adote corte de jetons

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem que a direção da Câmara dos Deputados poderia superar o problema das constantes faltas de *quorum* nas sessões desta convocação extraordinária adotando a fórmula utilizada pelos senadores: "corte de jetons e ajudas de custo, além da organização de um plantão para assegurar o *quorum*".

Antonio Carlos evitou criticar os líderes partidários da base governista, mas reconheceu que essas faltas de *quorum* prejudicam a imagem do Congresso e exigem um "esforço maior dos líderes".

A respeito da situação do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), o presidente do Senado disse ter recebido parecer de sua assessoria jurídica recomendando que qualquer iniciativa visando a eventual processo de cassação do mandato do parlamentar deve aguardar a conclusão do processo em tramitação no Supremo Tribunal Fede-



Para o presidente do Senado, a falta de *quorum* prejudica imagem do Congresso Nacional

ral, a partir de denúncia apresentada pelo procurador-geral da República.

Antonio Carlos destacou durante a sessão de ontem que o plenário tem registrado grande presença de parlamentares nos últimos dias, "o que mostra o apreço e respeito do Senado para com o país durante esta convocação extraordinária". Dos 81 senadores, 79 registraram presença na tar-

de de ontem — um comparecimento superior a 97%.

— O Senado tem se esforçado e este fato não pode passar despercebido pela imprensa — acrescentou.

Para acelerar os trabalhos, Antonio Carlos pediu ao plenário que aprovasse o regime de urgência para três projetos de resolução enviados pelo governo, os quais serão votados amanhã de manhã.

Trata-se da solicitação de empréstimos do Banco Mundial para Projeto de Conservação de Energia (US\$ 43,4 milhões) e para o Programa Nacional de Meio Ambiente (US\$ 15 milhões), ambos da Eletrobrás, além de outros US\$ 5 milhões para um programa de assistência técnica para a reforma da Previdência Social. Os projetos haviam sido aprovados de manhã pela Comissão de Assuntos Econômicos.

AGENDA

QUARTA-FEIRA, 19 DE JANEIRO DE 2000

Antonio Carlos Magalhães
Presidente
11h — Recebe Hélio Bicudo, membro da CIDH, José Paulo Bisol, secretário de Segurança Pública do estado do Rio Grande do Sul, e Benedito Domingos Mariano, coordenador executivo do Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia
15h — Participa da cerimônia de lançamento do Programa de Ações para o Fortalecimento da Agricultura e Reforma Agrária. *Salão Nobre do Palácio do Planalto*
15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Quinto e último dia de discussão, em primeiro turno, da "PEC nº 15A/98, que altera o inciso VII do artigo 29 da Constituição Federal (gastos com legislativos municipais)

COMISSÃO

10h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Pauta: Apresentação, discussão e votação dos relatórios setoriais do Orçamento para 2000 (PL nº 20/99 - CN). *Plenário 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327

Editor-Chefe: Djalba Lima
Editores: Sylvio Guedes, Sylvio Costa, João Carlos Ferreira da Silva, Denise Resende Costa e Edson de Almeida
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Plenário vota hoje PEC das câmaras de vereadores

Projeto que limita gastos com os legislativos municipais terá decisão em primeiro turno. Apesar de modificada na Câmara, proposta mantém a substância do que foi aprovado pelo Senado, segundo o relator Jefferson Péres

O plenário do Senado deve votar hoje em primeiro turno a proposta de emenda constitucional (PEC) que limita os gastos das câmaras de vereadores. O objetivo da proposta, que ainda será submetida a segundo turno de votação, é fixar, de acordo com a população de cada cidade, os percentuais do orçamento municipal que podem ser gastos com os legislativos.

De autoria do ex-senador Esperidião Amin, o texto original foi votado no Senado e posteriormente alterado na Câmara, antes de retornar para nova deliberação dos senadores. Entre as alterações feitas pelos deputados está a fixação de limites para a remuneração dos vereadores.

Relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o senador Jefferson Péres (PDT-AM) apresentou parecer favorável, alegando que o texto conserva a substância do que foi votado anteriormente no Senado.

Na discussão da proposta, os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Paulo Hartung (PPS-ES) falaram, durante reunião da CCJ, na semana passada, sobre a importância de a matéria ser aprovada mesmo depois de alterada pela Câmara. Eles informaram que, se o Senado resolver restaurar o texto original, a votação será mais uma vez prorrogada, com prejuízos, segundo eles, para a sociedade.



Projeto que o plenário do Senado vota hoje fixa limites para a remuneração dos vereadores

Os senadores Roberto Freire (PPS-PE), Marina Silva (PT-AC) e Francelino Pereira (PFL-MG) debateram ontem a proposta de emenda constitucional destinada a limitar os gastos dos legislativos municipais. Freire fez questão de esclarecer que, apesar de considerar melhor o texto do Senado de 1998, o PPS votará favoravelmente ao substitutivo da Câmara, para evitar procrastinação da matéria.

Roberto Freire explicou que a manifestação contrária do seu partido ao texto que veio da Câmara tinha a ver com a mudança feita pelos deputados, com a qual o PPS não concordava, visto que considerava mais eficaz a norma votada no Senado. Ele refutou a idéia de que seu partido vote agora contra a matéria, "apesar de considerar o texto do Senado melhor para regulamentar os gastos das câmaras de vereadores". E pediu que não haja nenhuma dúvida sobre isso.

Senadores defendem restrições mas divergem sobre texto do projeto



Roberto Freire considerava mais eficaz a norma votada no Senado

A senadora Marina Silva disse que, à época em que era vereadora, um dos maiores enfrentamentos que teve foi com relação à forma como o Poder Legislativo municipal se comportava na utilização de recur-



Marina se preocupa com gastos das câmaras desde quando era vereadora

sos públicos para a manutenção do poder e para remunerar os vereadores. Ela contou que, por exercer função pública remunerada pelo contribuinte, permitiu que um jornal publicasse seu contracheque, enfren-



Francelino: Senado deve votar projeto para mostrar que defende a moralização

tando depois difícil situação no trato com seus colegas.

Também disse que, na época, um vereador de Rio Branco estava ganhando quase tanto quanto um deputado estadual, quando a lei deter-

minava que ele não podia ganhar mais de 75% do que este percebia. O deputado estadual, por sua vez, que devia receber 75% do que ganhava um deputado federal, também estava ganhando mais. "Fico feliz que hoje essa discussão esteja ocorrendo aqui", comemorou ela.

Observando que a proposta de Esperidião Amin teve uma tramitação demorada na Câmara dos Deputados, o senador Francelino Pereira afirmou que a matéria já foi bastante discutida e que o Senado deve votá-la até para mostrar à nação sua preocupação com a moralização e com o bom exercício da vida pública. Em sua opinião, a proposta saiu do Senado imperfeita, na expectativa de que a Câmara a aperfeiçoasse.

— O texto da Câmara, sem dúvida, não é ainda a melhor solução, mas é a favor da moralização das contas públicas — disse Francelino, manifestando-se favorável à aprovação da matéria.

Emilia propõe política de segurança pública e critica proibição de armas

A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) criticou os projetos em tramitação no Senado proibindo fabricação, porte e posse de armas de fogo. "A lógica governista continua a mesma. Elege-se a população honesta como vítima de uma política demagógica. Leis são feitas para cidadãos de bem e não têm qualquer efeito sobre marginal, bandido, seqüestrador ou ladrão", comentou.

Para Emilia, antes de se promover o desarmamento civil, é indispensável a adoção de medidas concretas de combate ao crime organizado, à impunidade e à exclusão social por meio de investimentos na estrutura e valorização da polícia, no desenvolvimento econômico e nas ações sociais. "Do contrário vamos forta-

lecer o marginal e criar um gigantesco mercado livre de armas de fogo."

Emilia disse que a proibição da venda de armas desse tipo não reduziu a criminalidade onde foi aplicada. De acordo com ela, na Inglaterra o número de assaltos à mão armada aumentou 117% nos últimos anos. "No Brasil, entre 1995 e 98, a venda de armas de fogo teve uma queda de 80%, enquanto a criminalidade se multiplicou", disse.



Emilia: proibição da venda não reduziu criminalidade onde foi aplicada

Emilia afirmou que a violência se liga muito mais à exclusão social, ao desemprego e à impunidade do que ao número de armas legais. "A sociedade brasileira precisa discutir melhor as questões de segurança pública e não aceitar medidas simbólicas como proibição de armas de fogo no país."

Em apartes, Arlindo Porto (PTB-MG), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Agnelo Alves (PMDB-RN) e Heloísa Helena (PT-AL) concordaram com a senadora.

PFL decide liberar bancada para votar a proposta

Em reunião realizada ontem, o PFL liberou sua bancada de 21 senadores para a votação do projeto que proíbe a venda de armas de fogo. Segundo o vice-líder Edison Lobão (MA), a decisão foi tomada porque "a maioria da bancada tem restrições ao projeto".

Na atual convocação extraordinária, tramitam três projetos sobre a proibição da venda de armas. Por enquanto, a tendência no PFL é apoiar o parecer do senador Pedro Piva (PSDB-SP), já que o do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) é totalmente de acordo com a proposta original, informou Lobão.

Para Lobão, o que torna o parecer de Piva mais aceitável entre os senadores pefelistas é a possibilidade de algu-

mas exceções nas proibições, como, por exemplo, para proprietários rurais. O senador disse, no entanto, que isso não significa que o partido vai apoiar o parecer. "Cada um vai votar segundo suas convicções", esclareceu o senador.

Durante a reunião, o senador Romeu Tuma (PFL-SP), que foi superintendente da Polícia Federal, fez uma explanação sobre a posição do Estado com relação ao uso de armas de fogo. Um documento contendo uma pesquisa sobre o uso de armas de fogo no país foi distribuído aos senadores no início da reunião. Edison Lobão disse que a bancada voltará a se reunir para tratar desse assunto e de outros incluídos na pauta da convocação.

Secretário do Tesouro explicará acordos com PE e SP

Comissão de Assuntos Econômicos decide convidar Fábio Barbosa para esclarecer os critérios levados em conta na renegociação dos títulos públicos emitidos pelo estado de Pernambuco e pelo município de São Paulo

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou requerimento do senador Romero Jucá (PSDB-RR) e decidiu convidar o secretário do Tesouro Nacional, Fábio Barbosa, para prestar esclarecimentos sobre os critérios utilizados na renegociação dos títulos emitidos pelo estado de Pernambuco e pelo município de São Paulo para o pagamento de precatórios.

Diante dos argumentos de Jucá de que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o presidente do Banco Central (BC), Arminio Fraga, não participaram da operação para a renegociação dos títulos, o presidente da CAE, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), decidiu retirar requerimento de sua autoria que pedia também a convocação de Malan e Fraga.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR), porém, manteve o pedido de convocação de Pedro Malan, por entender que foi o ministro da Fazenda quem autorizou o refinanciamento dos títulos de Pernambuco. Todavia, o requerimento apresentado por



Os integrantes da CAE rejeitaram proposta de convocação do ministro da Fazenda, Pedro Malan, para prestar esclarecimentos sobre o assunto

Requião foi rejeitado pela CAE.

— O refinanciamento foi autorizado no momento em que os responsáveis pela emissão dos títulos estão sendo processados. Além disso, a Resolução 22/99 não pressupõe que o Senado tenha dado autorização prévia para a renegociação dos títulos. Essa interpretação desmoraliza o Senado Federal. O ministro exorbitou de suas funções — declarou Requião, que propôs

a apresentação de projeto de decreto legislativo anulando o ato do ministro que possibilitou o refinanciamento dos papéis.

A inclusão da renegociação dos títulos paulistanos — que encontra-se em andamento na Secretaria do Tesouro Nacional — entre os temas a serem abordados por Fábio Barbosa na CAE foi solicitada pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP).

Requião quer sustar rolagem de títulos

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) apresentou projeto de decreto legislativo sustentando ato do ministro da Fazenda, Pedro Malan, que autoriza o refinanciamento dos títulos públicos do estado de Pernambuco, para pagamento de precatórios.

— O ministro exorbitou de suas atribuições e usurpou a competência privativa do Senado, claramente expressa na Constituição. Pela Resolução 22, de 1999, que restabeleceu a possibilidade de refinanciamento desses títulos, a rolagem ficou permitida somente no caso de comprovação, por estados e municípios, da tomada de providências judiciais visando ao ressarcimento dos prejuízos causados pelas irregularidades apontadas pela CPI dos Precatórios



Segundo Requião, os papéis de PE e SP foram refinanciados em desobediência à lei

— argumentou.

Para Requião, Pernambuco deve ser autorizado a rolar seus títulos, desde

que expurgados do deságio absurdo que os bancos estavam exigindo do governo. “Um dos bancos em questão é o Bradesco, cujo diretor já foi enquadrado por cinco crimes por um juiz federal”, disse.

O senador fez um apelo ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para uma tramitação rápida do decreto apresentado. “Nos termos das resoluções do Senado, a emissão ou o refinanciamento de títulos públicos representa uma operação de crédito sujeita a autorização específica da Casa e não a uma autorização prévia. Forçar outro tipo de interpretação é um ato de má-fé, que desdenha da inteligência dos membros desta Casa”, concluiu.

Eduardo Suplicy solicita ao Cade informações sobre indústrias de suco

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou ontem a aprovação pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) de requerimento em que solicita ao presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Gesner de Oliveira, informações relativas ao setor de indústrias de suco concentrado e suas relações com os citricultores e trabalhadores.

Em seu requerimento, Suplicy questiona a possível formação de cartel das cinco maiores empresas do setor — Cutrale, Citrosuco, Cargill, Coimbra e Citrovia — e se o Cade tem acompanhado as práticas dessas empresas no sentido de criar barreiras para a entra-

da de novos concorrentes. Segundo o senador, as empresas têm sistematicamente adquirido o controle acionário de potenciais novos concorrentes.

O senador quer saber se o Cade tem acompanhado o processo de verticalização do setor, as articulações para diminuir a oferta de suco e se considera importante tomar alguma medida para garantir negociações mais democráticas entre a indústria, os produtores e os trabalhadores para aumentar oferta de empregos.

PRECATÓRIOS

Suplicy também alertou o ministro da Fazenda, Pedro Malan, para não repetir com São Paulo o que fez com Pernam-



Suplicy teme que empresas do setor estejam atuando como um cartel

buco, quando permitiu a rolagem dos precatórios pernambucanos sem a devida autorização do Senado, como prevê a Constituição. Suplicy fez referência ao projeto de resolução que o senador Roberto Requião (PMDB-PR) apresentou para anular a decisão do ministro da Fazenda.

Aprovado empréstimo do Banco Mundial à Eletrobrás

Com base em relatório do senador Paulo Souto (PFL-BA), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou parecer favorável à contratação de empréstimo entre a Eletrobrás e o Banco Mundial, no valor de US\$ 43,4 milhões, para o Projeto de Conservação de Energia (Procel). A matéria segue, em regime de urgência, para apreciação do plenário.

Além dos recursos do Banco Mundial, caso o financiamento seja aprovado, o Procel terá ainda mais US\$ 15 milhões, a fundo perdido, cedidos pelo Global Environment Facilities (GEF), organização que tem como meta a proteção do meio ambiente.

— Os estudos da Eletrobrás têm revelado uma expansão

na taxa de crescimento do consumo de energia superior às expectativas de planejamento, sendo, portanto, recomendável a adoção ou o fortalecimento de estratégias para reduzir o ritmo de crescimento da demanda. O Procel faz parte das ações no sentido do combate do desperdício de energia — argumentou Souto, informando que o projeto poderá representar, até 2015, uma redução de 13% da demanda projetada para aquele ano.

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) disse “estranhar” dado de parecer técnico segundo o qual o programa pode evitar que sejam jogados na atmosfera cerca de 633 milhões de toneladas de gás carbônico de 1999 a

2018, já que, no Brasil, a energia termelétrica é pouco utilizada.

Único a votar contra a solicitação do empréstimo, que tem a União como garantidora, o senador Lauro Campos (PT-DF) criticou o fato de empresas estatais receberem empréstimos externos e, mais tarde, serem privatizadas.

Ele criticou o fato de as empresas privadas que prestam serviços à comunidade estarem aumentando suas tarifas.

MEIO AMBIENTE

Os senadores da CAE também aprovaram parecer do senador Bello Parga (PFL-MA) favorável à contratação de empréstimo entre o governo federal e o Banco Mundial. Os recursos, de US\$ 15 milhões, devem ser utilizados no segundo projeto do Programa Nacional de Meio Ambiente (PNMA II).

— O programa é direcionado para o aperfeiçoamento do processo ambiental no país, nos três níveis de governo, buscando resultados efetivos na melhoria da qualidade ambiental e, conseqüentemente, na melhor qualidade de vida para a população brasileira — disse Parga, ao explicar que o PNMA II foi elaborado para ser executado num prazo de dez anos, em três fases, com valor total de US\$ 300 milhões.

Tanto o empréstimo para a Eletrobrás como para o PNMA II, segundo seus relatores, atenderam às condições impostas pela Resolução 96/99. Segundo Souto e Parga, as taxas de juros dos empréstimos são favoráveis ao país.



Os recursos ajudarão a combater o desperdício de energia, disse Paulo Souto

Reforma da Previdência Social terá financiamento do Bird

A Comissão de Assuntos Econômicos também aprovou ontem, em regime de urgência, autorização para o país contrair empréstimo no valor de US\$ 5,05 milhões junto ao Banco Mundial, destinado ao financiamento do projeto de assistência técnica para a reforma da Previdência Social.

Segundo o relator da matéria, senador Bello Parga (PFL-MA), os recursos vão permitir ao Ministério da Previdência implementar mudanças na estrutura técnica de procedimentos administrativos e na área de informática, preconizadas pela reforma previdenciária.



Bello Parga: o dinheiro permitirá modernizar a informática e procedimentos administrativos



Osmar teme aumento de até 116% nos preços de pedágios e faz apelo a governador

Osmar Dias pede revisão de pedágios no Paraná

Ao alertar que a cobrança de pedágio feita em várias rodovias está prejudicando a população e setores produtivos do Paraná, o senador Osmar Dias (PSDB-PR) fez ontem um apelo ao governador do estado, Jaime Lerner, para que reveja a política de cobrança de pedágio nas principais rodovias estaduais. O senador informou que liminar concedida na semana passada pela Justiça poderá significar um aumento de até 116% nos preços.

Osmar Dias explicou que a liminar concedida pela Justiça, a pedido das concessionárias responsáveis por algumas das estradas do Paraná, permite que os preços dos pedágios voltem a ser os cobrados antes das eleições do ano passado, quando foram reduzidos à metade pelo governo do estado.

O senador disse que a cobrança do pedágio prejudica a agricultura. Exemplificou que uma carreta de cinco eixos, saindo de Cascavel para Paranaguá, com 27 toneladas de carga, deixaria nos pedágios R\$ 267,84 como custo adicional ao frete.

— Se considerarmos que o preço médio pago no pedágio é de R\$ 225,00 por carreta, e supondo que cada carreta faz 12 viagens por mês, cada carreta pagará R\$ 32.400,00 por ano. Como uma carreta custa R\$ 130 mil, ao término de quatro anos, o proprietário terá deixado o equivalente ao valor de sua carreta para as concessionárias das rodovias — comparou.

Em aparte, Ney Sussuna (PMDB-PB) disse que em Teresópolis (RJ), algumas mães estavam pagando mais em pedágio para levar seus filhos à escola pública do que pagariam de mensalidade escolar. Lauro Campos (PT-DF) registrou que apresentou projeto defendendo a isenção do pagamento de pedágio para caminhões e táxis.

Roberto Requião (PMDB-PR) informou que a concorrência feita pelo governador Jaime Lerner já estabelecia o preço do pedágio. Mesmo concordando que os preços dos pedágios são caros, ele considerou que a Justiça corrigiu medida “absurda” do governador, que no período eleitoral reduziu o preço à metade.

Calabi deverá explicar à CAE como são aplicados recursos do BNDES

Destinação de 80% dos investimentos do banco para as regiões Sul e Sudeste e de apenas 20% para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste deixa Mozarildo insatisfeito

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) propôs e a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou requerimento convidando o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Andrea Calabi, para explicar a aplicação dos recursos do banco em 1999 e as previsões para 2000. Mozarildo está insatisfeito com a distribuição dos investimentos do BNDES, que destina 80% de sua verba para as regiões Sul e Sudeste e apenas 20% para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Por sugestão do senador Eduardo



Mozarildo Cavalcanti quer ouvir as razões do presidente do BNDES

Suplicy (PT-SP), o presidente do BNDES também deverá apresentar dados sobre a destinação dos recursos

de acordo com o porte e nacionalidade da empresa, além da finalidade do empréstimo. Já o senador Agnelo Alves (PMDB-RN) anunciou que vai pedir a Calabi que o BNDES adote uma política de financiamento com juros fixos, sem a adoção de mecanismos de correção monetária.

A CAE, presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), também apro-

vou requerimento de Suplicy solicitando ao presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Gesner Oliveira, informações sobre as providências que vêm sendo tomadas no sentido de coibir o abuso do poder econômico por parte das indústrias de sucros.

Suplicy disse estar preocupado com os excedentes de produção de cerca de 25 mil citricultores, que correm o risco de perda do produto. Ele foi apoiado pelo senador Pedro Piva (PSDB-SP), que pediu para subscrever o requerimento.

Senadores apóiam fórum de parlamentos das Américas

Os membros da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado apoiaram a sugestão de criação de um fórum permanente dos parlamentos das Américas, apresentada por parlamentares dos Estados Unidos e do Canadá que integram o Diálogo Interamericano. A organização não-governamental, sediada em Washington, tem como objetivo o incremento das relações institucionais entre as Casas legislativas das Américas. O grupo, que se encontra em visita ao Brasil, esteve ontem na CAE.

O senador Bob Graham, do Partido Democrata (EUA), Bill Graham, presidente do Comitê de Relações Exteriores do Parlamento canadense, e Peter Hakim, diretor do Diálogo Interamericano, afirmaram que o fórum representaria um canal para a discussão de temas de interesse dos países, além de promover maior aproximação entre os parlamentos. Eles também solicitaram informações sobre o funcionamento do Mercosul.

Os integrantes da CAE aproveitaram a presença dos parlamentares estrangeiros para se queixar das medidas protecionistas impostas a produtos brasileiros pelos Estados Unidos e Canadá. Para o senador Jefferson



Parlamentares dos Estados Unidos e do Canadá debatem com membros da Comissão de Assuntos Econômicos o incremento das relações

Péres (PDT-AM), o fórum poderia ser uma das saídas para, através do diálogo, melhorar as relações comerciais entre o Brasil e as nações do Norte.

O senador Lúdio Coelho (PMDB-MS) disse que os EUA deveriam adotar tratamento diferenciado em relação ao Mercosul. Já Eduardo Suplicy (PT-SP) pregou uma integração maior entre as Américas nos campos comercial e humanitário.

Gerson Camata (PMDB-ES) afirmou considerar a idéia de criação do fórum “excelente”, mas criticou a participação do Brasil no Mercosul, que, a seu ver, prejudica o país. Luiz Otávio (PA)

sugeriu que o fórum abra espaço para discutir a questão da Amazônia e Romeu Tuma (PFL-SP) disse que o fórum poderá ser importante instrumento no combate ao narcotráfico.

“O fórum deveria ter sido criado há mais tempo”, afirmou Carlos Bezerra (PMDB-MT) ao cobrar dos países ricos novo modelo de relacionamento comercial com os países em desenvolvimento. Roberto Requião (PMDB-PR) condenou a hegemonia norte-americana nos setores econômico, tecnológico e militar, e pregou o fortalecimento do Mercosul a fim de que adquira competitividade internacional.

Retaliação prejudica Covas, afirma ACM

Na avaliação do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, o maior prejudicado pelas medidas de retaliação fiscal adotadas pelo governo de São Paulo será o próprio governador do estado, Mário Covas. O senador descartou ontem que a guerra fiscal entre São Paulo e diversos estados possa ter desdobramento político-partidário, especialmente afetando as relações entre dois dos partidos que compõem a base de sustentação parlamentar do governo Fernando Henrique Cardoso, como PFL e PSDB.

— Tasso Jereissati (governador do Ceará) é do PSDB e também é uma vítima do Covas — exemplificou.

Antonio Carlos entende que o caminho natural para resolver essa situação será o judicial. “São medidas inconstitucionais que serão derrubadas pela Justiça e, conseqüentemente, ele (Covas) ficará numa situação mais difícil que a dos governadores dos estados que pretende prejudicar”, afirmou. O senador avaliou que os estados prejudicados acabarão entrando na Justiça.

Antonio Carlos recebe parlamentares do Diálogo Interamericano

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem comitiva de parlamentares dos Estados Unidos e do Canadá, que estão em visita ao Brasil dentro de um projeto de incremento das relações institucionais entre parlamentos das Américas, denominado Diálogo Interamericano.

Durante o encontro, Antonio Carlos trocou impressões com os senadores Bob Graham (democrata da Flórida-EUA) e Bill Graham, presidente do Comitê de Relações Exteriores

Presidente do Senado troca impressões sobre integração

do Parlamento canadense, que estavam acompanhados de Peter Hakim, diretor do Diálogo Interamericano, organização não-governamental sediada em Washington.



Jader aplaude nova política regional

Senador afirma que o Ministério da Integração Nacional deu “um exemplo para o governo e para o país” ao anunciar a cobrança de juros menores por meio dos fundos constitucionais

Como presidente nacional do PMDB e líder do partido no Senado, Jader Barbalho (PA) manifestou-se ontem para festejar o anúncio de uma política de juros alternativa a ser implementada pelo Ministério da Integração Nacional por meio dos fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Ele cumprimentou o ministro Fernando Bezerra, “que acaba de dar um exemplo para o governo e para o país”, e o presidente da República, por ter aceito a proposta do ministro.

Afirmado que a proposta de Fernando Bezerra pode servir de modelo para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Jader considerou “incompreensível” que o governador do Ceará, Tasso Jereissati, tenha dito que está de “saco cheio” com o ministro, conforme noticiário da imprensa.

O senador disse que apresentará hoje requerimento de informações sobre o desempenho e a aplicação dos

recursos geridos pelos fundos constitucionais e movimentados pelos bancos regionais. Quanto ao Banco da Amazônia (Basa), Jader assegurou ter recebido do ministro a informação de que, em sua pasta, não há nenhum estudo sobre a extinção do Basa mediante fusão com a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Se há algo nesse sentido no governo, deve ser no Ministério da Fazenda, ao qual o Basa e o Banco do Nordeste estão vinculados, acrescentou Jader.

Quanto às medidas anunciadas por Bezerra, ele afirmou que elas beneficiam principalmente pequenos e mini agricultores incluídos nos programas de reforma agrária e agricultura familiar, que poderão ter acesso a financiamentos



A nova política reduzirá os juros médios para 2,83% ao ano, informou Jader

dos fundos constitucionais a uma taxa de juros negativa, descontada a inflação.

A taxa média dos juros dos empréstimos deverá ser de 2,83% ao ano, sendo que pequenos proprietários do semi-árido nordestino, por exemplo, pagarão 4% ao ano, e grandes proprietários, 12%. No caso de projetos de financiamento ao setor industrial, a taxa de juros média atingirá 5,88% ao ano, informou o senador.

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) aparteu o líder do PMDB para dizer que a fusão do Basa com a Sudam é mais do que uma possibilidade, dado que o próprio governador do Pará, Almir Gabriel, convocou os parlamentares da bancada federal que o apoiaram a se manifestarem contra a fusão. O

governador, na opinião de Ademir, estaria com “um posicionamento pequeno, mesquinho”, pautado pelo temor de que se criem nas regiões órgãos com ação paralela à dos governos estaduais, quando “a discussão é política”.

Maguito Vilela (PMDB-GO) concordou que “há motivos de sobra para festejar”. No Centro-Oeste, informou, vários empreendimentos de suinocultura, bovinocultura e avicultura foram abandonados, já que os proprietários não conseguiram pagar as altas taxas de juros praticadas pelo Fundo Constitucional do Centro-Oeste.

Luiz Pontes (PSDB-CE), por sua vez, destacou a importância da atuação do Banco do Nordeste no financiamento de pequenos projetos para dizer que, ao assumir o ministério, Fernando Bezerra manifestou intenção de transformar o banco em agência de desenvolvimento. “Queremos um entendimento, mas não para esvaziar o Banco do Nordeste. Os fundos devem continuar no banco”, defendeu.



Tião Viana: projeto agride as liberdades democráticas

Tião Viana considera Lei da Mordaza inaceitável

Ao criticar o Projeto de Lei nº 2.961/97, conhecido como *Lei da Mordaza*, o senador Tião Viana (PT-AC) disse que “ele agride as liberdades democráticas ao ferir de morte o Ministério Público”, pois impedirá que este atue com absoluta isenção. A proposta já foi aprovada pela Câmara e em breve deverá ser apreciada pelo Senado.

Para Tião Viana, o Ministério Público “tem sido grande e integral defensor da cidadania” e, “como legítimo escudo da democracia”, tem enfrentado o narcotráfico, a corrupção pública e os crimes de “colarinho branco”.

Apoiando-se em considerações que lhe foram apresentadas por um procurador, Tião Viana explicou que a proposta que virá ao Senado promove cinco modificações principais no ordenamento jurídico brasileiro que, em resumo, violentam o direito público à informação e funcionarão como incentivos à corrupção e à impunidade.

Primeiro, contrariando o princípio da publicidade e da transparência nos negócios públicos, o projeto proíbe magistrados, membros do Ministério Público e dos tribunais de Contas, assim como autoridades policiais e administrativas, de revelarem quaisquer fatos ou informações a que tenham acesso em função do cargo, disse ele, tornando secretos inquiridos, processos judiciais e praticamente todos os atos estatais.

Outra alteração prevê a criação de foro próprio para julgamento de ações de improbidade cometidas por grandes autoridades, que seria, conforme o senador, outro incentivo à impunidade. Uma terceira modificação cria o recurso do investigado ao Conselho Superior do Ministério Público, possibilitando que a cúpula do MP tranque e archive investigações, afirmou. Ao estabelecer o prazo de seis meses para a conclusão de qualquer inquérito ou procedimento administrativo, a quarta mudança contida no projeto “é pura sandice”, pois cada procurador ou promotor tem, em regra, cem casos em mãos. Como os direitos do Estado têm prazo de 20 anos para prescrever, Tião Viana interpretou a mudança como forma de dar garantia a corruptos.

A mesma orientação teria inspirado outro prazo reduzido pela *Lei da Mordaza*: as ações civis públicas prescreveriam em cinco anos, em vez dos atuais 20.

Machado esclarece que Tasso não é contra redução de juros

Em nome da liderança do PSDB, o senador Sérgio Machado (CE) esclareceu ontem que o governador do Ceará, Tasso Jereissati, não é contra a medida provisória que facilita a concessão de empréstimos com recursos dos fundos constitucionais do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, estabelecendo taxas de juros fixas, que na prática representam uma redução dos encargos cobrados aos tomadores dos empréstimos.

O discurso de Sérgio Machado foi motivado por pronunciamento feito pelo senador Jader Barbalho (PMDB-PA), que citou Tasso Jereissati em seu discurso. O líder do PMDB tinha dito não entender porque o governador dera entrevistas afirmando estar de “saco cheio” com o ministro da Integração, Fernando Bezerra.

— Não estamos discutindo a importância de reduzir taxa de juros, mas o que clamamos e dese-

mos é que o Nordeste possa ter desenvolvimento. Quando Tasso disse que estava de “saco cheio”, referiu-se às constantes propostas de mudanças de estrutura feitas através do ministério, sem antes se definir um consenso de onde se quer chegar. Queremos progresso para a região a partir do fortalecimento dos nossos órgãos, como o Banco do Nordeste — afirmou Machado.

Ele disse que lutará para evitar que o Banco do Nordeste seja transformado

em uma agência de fomento, posição que, segundo ele, teria sido defendida pelo ministro Bezerra. E defendeu a união dos nordestinos em torno da transposição das águas do rio São Francisco, que julga fundamental para o desenvolvimento da região.

Em aparte, Luiz Otávio (sem partido-PA) concordou que as regiões Norte e Nordeste não podem abrir mão dos seus bancos oficiais e se posicionou contra o uso dos recursos dos fundos do Nordeste e do Norte pelo Ministério da Integração. Maguito Vilela (PMDB-GO), após ouvir as explicações de Machado, desculpou-se por ter criticado Jereissati, explicando que achava que ele estava contra a redução dos juros.

Jader registrou que foi até a tribuna festejar o fato de um ministro do seu partido ter viabilizado a medida provisória que reduziu juros e beneficiou a produtores do Centro Oeste, Norte e Nordeste. Geraldo Melo (PSDB-RN) opinou

que as divergências expostas em plenário giravam em torno de uma convergência: todos estavam favoráveis à redução dos juros. Ramez Tebet (PMDB-MS) lembrou que, na sessão de segunda-feira, foi o primeiro a tratar da MP que reduziu os juros. Ele também disse que, enquanto parlamentares do Norte e Nordeste lutam para manter seus bancos de desenvolvimento, os habitantes do Centro-Oeste sequer têm uma agência de fomento.



Sérgio Machado: Tasso quer o desenvolvimento da região Nordeste

Debate mostra disputa na base governista, diz Ademir

Ao entrar no debate em torno da instituição de juros fixos para os programas de desenvolvimento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) afirmou que a discussão tenta escamotear uma clara disputa de poder entre dois segmentos da base governista no Senado.

Segundo Ademir, os jornais colocam o ministro da Integração, Fernando Bezerra, como principal defensor da fusão do Banco da Amazônia (Basa) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) numa única agência regional de desenvolvimento.

Ele disse que a discussão não leva em conta se a medida será boa ou ruim para a população da região, mas sim que essa fusão gerará um órgão que terá mais dinheiro que o governo estadual e poderá tornar-se um governo paralelo no estado. O senador lembrou que o Fundo Constitucional do Norte (FNO) tem R\$ 400 milhões e a Sudam, outros R\$ 600 milhões, que ainda não foram aplicados em nenhum projeto ou programa de desenvolvimento.

— O Basa é hoje uma instituição popular e querida na região. Todos os movimentos organizados se levantaram contra a proposta de extinção do Basa, feita há três anos. É preciso que o governo Fernando Henrique diga o que quer e pare de assombrar todo mundo com essas ameaças — assinalou Ademir.

Em aparte, Francelino Pereira (PFL-

MG) disse ser contra medida idêntica envolvendo a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e o

Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Ele informou ter sido informado de que a Sudene não seria transformada em uma agência de desenvolvimento. Agnelo Alves (PMDB-RN) lembrou que o próprio presidente da República, na solenidade de assinatura da MP, enalteceu a atuação do BNB na região.

Lúcio Alcântara (PSDB-CE) afirmou que tem conversado muito com Fernando Bezerra sobre o assunto. De acordo com Alcântara, o ministro garantiu que não enfraqueceria o BNB, instituição que é responsável por 75% do crédito disponível no Nordeste. “Por estar atuando no mercado financeiro, o BNB é uma instituição sensível e não pode transparecer insegurança ou instabilidade de qualquer natureza, e sabemos que tem muita gente que, se pudesse, acabava com Sudene, Sudam, Basa, com tudo”, avaliou Alcântara.

Jader Barbalho (PMDB-PA) reafirmou que Bezerra conseguiu um feito inédito ao obter a redução dos juros e deve lutar para que seu ministério dê orientação às políticas de integração do governo federal. “O ministro Fernando Bezerra só merece elogios”, concluiu. Heloísa Helena (PT-AL) considerou muito interessante toda a discussão porque percebeu um alargamento da oposição ao governo no Senado, quando se trata do desrespeito do governo pelo Nordeste.



Ademir Andrade defendeu a preservação do Banco da Amazônia

CRE aprova quatro tratados internacionais

Um deles estabelece a possibilidade de extradição de pessoas envolvidas em crime de seqüestro. Os outros três acordos tratam da assistência jurídica mútua entre Brasil e Argentina, da preservação de peixes e da cooperação no uso do espaço

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem quatro acordos internacionais. Dentre eles, a Convenção Internacional Contra a Tomada de Reféns, que inclui nos tratados sobre extradição de criminosos os envolvidos em seqüestros. Também foram aprovados o Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais, entre Brasil e Argentina, o Acordo sobre a Conservação e Ordenamento de Populações de Peixes Transzonais e de Populações de Peixes Altamente Migratórios e o Acordo so-

bre Cooperação na Pesquisa e nos Usos do Espaço Exterior para Fins Pacíficos.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) pediu mais atenção do Itamaraty para o cumprimento de acordos internacionais por outros países. Tuma lembrou reportagem veiculada pela TV Globo denunciando o livre comércio de armas no Paraguai, apesar de estar em vigor um tratado entre o Brasil e aquele país que obriga o governo paraguaio a prestar informações sobre as vendas de armas ao governo brasileiro.



Na reunião, presidida por José Sarney (E), foi criticado o descumprimento de acordos firmados com outros países

Paulo Hartung saúda vitória do Partido Socialista no Chile

Ao comentar a eleição presidencial realizada no último domingo no Chile, o senador Paulo Hartung (PPS-ES) afirmou que a vitória do socialista Ricardo Lagos fortalece o campo reformista e democrático na América Latina. Ele destacou que a permanência, no Palácio La Moneda, da coligação Concertação, que manteve unidos os partidos Socialista e Democrata Cristão, deu-se na mais absoluta normalidade, com equilíbrio no resultado final do pleito.

Manifestando, em nome do PPS, apoio ao povo chileno e congratulações ao presidente eleito, Paulo Hartung disse

que o advogado e economista Ricardo Lagos está preparado para assumir uma nação de democracia incompleta como o Chile, que mantém em sua Constituição resíduos do ciclo militar e atravessa dificuldades econômicas.

— Não será fácil para o novo presidente chileno levar a economia de seu país a retomar o índice de crescimento econômico de 7% do Produto Interno

Bruto (PIB) que foi estancado pela recente crise cambial ocorrida na Ásia. Somem-se a essas dificuldades as desconfianças de setores conservadores em relação ao Partido Socialista — afirmou.

Na opinião do senador, a eleição de Lagos não representa a reedição, 30 anos após, da vitória do também socialista Salvador Allende, interrompida três anos depois pelo golpe liderado pelo general Augusto Pinochet. Ele acrescentou que os tempos são outros e hoje não há economia que se possa fechar para o mundo, sob pena de sucumbir.

Analisando o programa de governo de Ricardo Lagos, Hartung destacou que é possível constatar sua preocupação com o dia-a-dia do povo, ao eleger entre suas prioridades a saúde, o meio ambiente, a educação, a segurança e a democracia. “Esperamos que o sonho de Lagos, com muito trabalho e sacrifícios, sabemos, seja atingido de forma a devolver ao povo chileno a esperança de um país justo e democrático”, encerrou.



Hartung congratulou o presidente Ricardo Lagos em nome do PPS

Comissão que analisará MP sobre os bingos vai se reunir amanhã

A comissão mista formada para examinar a medida provisória que cria uma taxa de autorização para o funcionamento dos bingos reúne-se amanhã, às 10 horas. A MP, que tem como relator o senador Maguito Vilela (PMDB-GO), institui uma taxa de R\$ 6 mil para bingos permanentes e outra de R\$ 4 mil para os eventuais. As novas taxas incidem sobre o certificado de autorização para exploração do jogo.

Reeditada pela segunda vez, a MP também altera o dispositivo que prevê apenas um limite mínimo para o contrato de trabalho por prazo de-

terminado para atletas profissionais. Segundo a exposição de motivos dos ministros Francisco Dornelles (Trabalho e Emprego) e Rafael Greca (Esporte e Turismo), é urgente a alteração desse prazo, que impede que os atletas contratados dessa forma permaneçam no mesmo clube por mais de dois anos.

Por esse motivo, a MP prevê um prazo máximo de seis anos para os contratos com prazo determinado. A reunião da comissão mista, presidida pelo deputado Zezé Perrella, será na Sala 2 da Ala Nilo Coelho do Senado Federal.

Requião critica autorizações do Ministério do Esporte

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) protestou contra autorizações do Ministério do Esporte e Turismo para realização de cinco bingos eventuais, publicadas no *Diário Oficial* da União de ontem com datas relativas aos meses de novembro e dezembro do ano passado.

— A folia no Ministério do Esporte continua a mesma. Só falta o presidente Fernando Henrique nomear Rafael Greca para o cargo de ministro da Defesa, no lugar de Elcio Alvares. Esse tipo de “brincadeira” pode representar um precedente perigoso. Se qualquer burocrata quiser fazer tábula rasa de decisões do Senado é só publicar atos com datas anteriores a elas — observou Requião.



O Brasil tem todas as condições de sediar a Copa, disse ACM ao receber ontem o comitê de inspeção da Fifa

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

HOJE

6h — *Especial Unip* — Programa produzido pela Universidade Paulista. Assunto: Olho da criança (2ª parte)
6h30 — *Cidadania* — O senador Lauro Campos e o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães fazem uma análise do Brasil nos seus 500 anos
7h30 — *Entrevista* — A senadora Heloisa Helena fala sobre a transposição das águas do São Francisco
7h55 — *Senado em Pauta*
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *TV Escola* — Episódio: *Encontro no Além-Mar*
8h55 — *Senado em Pauta*
9h — *Cores do Brasil* — Uma viagem pelo país mostrando seu potencial cultural. Em destaque: Pará
9h30 — *Entrevista* — O senador Jonas Pinheiro fala

sobre o Código Florestal
9h55 — *Senado em Pauta*
10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (ao vivo)
12h30 — *Entrevista* — A senadora Heloisa Helena fala sobre a transposição das águas do São Francisco
13h — *Cores do Brasil* — Uma viagem pelo país mostrando seu potencial cultural. Em destaque: Amazônia (interior)
13h30 — *Cidadania* — O senador Lauro Campos e o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães fazem uma análise do Brasil nos seus 500 anos
14h30 — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Logo após, Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (reapresentação)
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — Sessão Plenária do Senado Federal (reapresentação)

ACM apóia candidatura brasileira à Copa de 2006

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem o comitê de inspeção da Fifa (Federação Internacional de Futebol Associado) que está no país para avaliar as condições de o Brasil vir a sediar a Copa do Mundo de Futebol de 2006. Ao lado do presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira, e do ex-jogador Zico, presidente do comitê nacional, o se-

nador declarou o apoio do Congresso à candidatura brasileira e manifestou convicção de que “esse mesmo apoio” o comitê encontrará “da parte do presidente Fernando Henrique Cardoso”.

Chefiado pelo norte-americano Alan Rothenberg, o comitê da Fifa está percorrendo vários estados brasileiros, conhecendo as condições dos principais estádios de futebol e avaliando as condições e carências nacionais

para sediar a competição. Antonio Carlos manifestou a sua convicção de que o país tem plenas condições para sediar a Copa de 2006, inclusive porque “terá tempo, até lá, para realizar as obras necessárias à superação de eventuais deficiências”.

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) acompanhou o encontro entre o presidente do Senado e o comitê de inspeção da Fifa.

Melo dá apoio a projeto que regulamenta a acupuntura

Ao receber ontem uma delegação de médicos especializados em acupuntura, em seu gabinete, o 1º vice-presidente do Senado, senador Geraldo Melo (PSDB-RN), garantiu seu apoio ao projeto de lei que visa regulamentar a prática da terapia, ora tramitando pela Comissão de Educação.

Liderados pelo presidente da Sociedade Médica Brasileira de Acupuntura, Dirceu de Lavor Sales, os médicos pediram urgência na aprovação da matéria, pois, cada vez mais, e em maior número, surgem denúncias, no Brasil e em todo o mundo, de sérias lesões causadas em pacientes por pessoas leigas que exercem a acupuntura. Segundo eles, já são vários os casos constatados de contaminação com os vírus da Aids e da Hepatite C, perfurações de pulmões e mutilações de órgãos, entre outros, fruto do exercício da acupuntura por pessoas não treinadas ou não especializadas.

Uma das principais reivindicações dos acupunturistas contempladas no projeto é justamente a criação de um órgão que fiscalize a prática da terapia, como também a que restringe o exercício da técnica apenas para médicos formados, odontólogos e veterinários, evitando, assim, maiores danos à população que procura esse tipo de tratamento.

Suassuna recebe doação de remédios para a Paraíba

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) recebeu ontem a doação de mil caixas do remédio *Revectina*, indicado para diversas parasitoses graves e recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para o tratamento dessas doenças em toda a América Latina. O medicamento, lançado em agosto do ano passado, foi doado pelo Laboratório Sintofarma, empresa nacional que pesquisou a utilização da substância *Ivermectina* no tratamento de sarna, piolhos e parasitoses intestinais, e será destinado às crianças da Paraíba.

O diretor-presidente do Laboratório Sintofarma, José Fernando Magalhães, disse que o senador Ney Suassuna foi escolhido para receber a doação devido ao posicionamento firme que tem assumido em favor da indústria farmacêutica nacional desde quando foi o relator da lei das patentes.

Mozarildo alerta para perigos da febre amarela

Senador apresentará requerimento para que ministro da Saúde, José Serra, venha ao Senado explicar a política do governo para o setor

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) alertou para os perigos de um surto de febre amarela no país.

Em pronunciamento ontem, ele informou que, desde 1983, quando morreram 19 pessoas no Maranhão, os casos de febre amarela vêm aumentando. “O Ministério da Saúde preferiu ignorar os riscos. Somente agora, quando a doença chega ao Sudeste, o ministério acena com a vacinação”, criticou.

Mozarildo anunciou que apresentará requerimento ao ministro da Saúde, José Serra, para vir ao Senado prestar informações sobre



Mozarildo: “Doenças como a dengue e a febre amarela reapareceram”

a política do governo para o setor. “Doenças como a dengue e a febre amarela reapareceram, casos de malária se multiplicam, o mesmo acontecendo com a hanseníase e a tuberculose”, disse.

Para o senador, os recursos da saúde são centralizados nas regiões mais ricas, o Sul e Sudeste, e o atendimento nas regiões mais pobres é mais precário:

— Assim, se perpetuam e se engessam as desigualdades regionais. O país não pode ficar de costas para o Brasil pobre, porque as doenças migram e acabam ameaçando as regiões mais

ricas, como está acontecendo com a febre amarela — disse.

Em aparte, o líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), garantiu que o Ministério da Saúde já disponibilizou vacinas contra a febre amarela para todos os estados, onde as respectivas secretarias julgaram ser necessária a vacinação em massa, como o Distrito Federal e o Rio de Janeiro. “Precisamos tomar cuidado para não gerar na população susto maior do que o problema.”

Ao admitir que o ministério “acordou” para o problema, Mozarildo ponderou que as ações de saúde em relação a uma doença para a qual existe uma vacina eficiente — caso da febre amarela — devem ser dirigidas para a prevenção. “É mais fácil e bem mais barato prevenir do que remediar”, concluiu.

Cândido lembra demissão de guardas

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) disse ontem, em discurso, que o ministro da Saúde, José Serra, e o presidente Fernando Henrique Cardoso cometeram crime de desobediência à Justiça, por não acatarem decisão judicial para reintegrar 5.792 guardas matamosquitos da Fundação Nacional de Saúde, demitidos em junho do ano passado sem o pagamento de qualquer direito trabalhista.

Caso o ministro “persista em sua atitude arrogante”, o senador quer que o Congresso tome providências “enérgicas para que seja restaurado o estado de direito”. Geraldo Cândido afirmou que a demissão dos mata-mosquitos expõe de “maneira irresponsável” a população do estado do Rio ao risco de contágio de dengue e de febre amarela.

Depois de lembrar que as duas doenças são transmitidas pelo mesmo mos-

quito, *aedes aegypti*, o senador informou que a cidade do Rio registrou somente no ano passado 4.261 casos de dengue. Nos últimos dias, foi confirmado um caso de febre amarela no Rio e outras três pessoas encontram-se em observação.

Por isso, houve uma corrida aos postos de vacinação contra febre amarela no município, pois a doença tem efeito devastador, tendo matado 23 pessoas em todo o país no ano passado, de um total de 67 infectadas, acrescentou Geraldo Cândido.

Reportagem do jornal *O Dia*, sob o título “Focos de desperdício”, foi cita-



Segundo Cândido, Serra e FHC estariam desobedecendo uma decisão judicial

da pelo senador para demonstrar a situação da área de saúde no estado do Rio. A jornalista Mirtes Guimarães denunciou “o possível uso irregular de uma verba de R\$ 3 milhões na municipalização dos serviços de saúde, com prefeituras do interior se valendo dos recursos destinados à contratação de supostos mata-mosquitos para o pagamento de cabos elei-

torais”. Ele observou que o ministro José Serra, ao demitir os 5.792 matamosquitos, argumentou que o objetivo era “municipalizar esses serviços, para aumentar a eficiência e diminuir custos”.



Marina afirmou que índios estão sendo vítimas da ganância dos fazendeiros

Marina condena ataques a índios de Mato Grosso do Sul

A senadora Marina Silva (PT-AC) protestou ontem contra o ataque de uma milícia armada por fazendeiros contra a terra indígena Potrero Guasu, em Paranhos (MS), da qual foram expulsos cerca de 600 índios guarani-handeva e kaiowá. O governador Zeca do PT tomou as providências cabíveis, acionando a polícia, segundo informou a senadora, acrescentando que é preci-

so definir territórios e condições básicas de sobrevivência para os índios.

Instalados há três anos em quase cinco mil hectares de terras identificadas pela Funai como tradicionais, os índios, segundo a senadora, foram expulsos por um grupo de mais ou menos 50 jagunços. De acordo com as vítimas, os jagunços chegaram de madrugada, vestindo uniformes do Exército brasileiro,

atirando para o alto e aterrorizando as famílias que ali viviam.

Marina Silva também informou que os índios que não conseguiram fugir ao violento atentado foram amontoados na carroceria de uma caminhonete e “despejados” nos arredores da aldeia de Parajú, também em Paranhos, situada a muitos quilômetros de distância. Ela lembrou o processo de demarcação das terras dos índios é moroso e, não tendo ainda uma resposta definitiva da Funai, esses povos estão sendo vítimas da ganância e da falta de respeito dos fazendeiros.

Heloísa debate na TV transposição do São Francisco

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) propõe, em entrevista à TV Senado, a discussão de alternativas à transposição do rio São Francisco, como forma de resolver o problema da seca



nordestina, com menos danos ao meio ambiente. A entrevista vai ao ar hoje às 7h30, 12h30 e 20h30.

Heloísa Helena defende, além de um amplo debate, um estudo “rigoroso” do impacto sobre o meio ambiente. A senadora alertou também que as áreas próximas ao rio deverão ser supervalorizadas com a transposição das águas.

Patrocínio pede mais fiscalização de combustíveis

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) denunciou a ocorrência de adulteração dos combustíveis automotivos comercializados em toda a rede distribuidora e pediu maior fiscalização para o setor. “O cenário de ocorrência de fraude é extremamente amplo, abrangendo mais de 160 distribuidoras em atividade e 25 mil postos de abastecimento” disse.

De acordo com o senador, a mistura de outros componentes mais baratos, como o álcool anidro, o solvente e mesmo a água, fora dos limites permitidos, apresenta efeitos danosos, do ponto de vista técnico e do ponto de vista econômico. O uso de combustível adulterado e fora de especificação desgasta o motor e reduz a vida útil dos veículos.

Segundo Patrocínio, a economia do país também acaba sendo prejudicada com a adulteração dos combustíveis, que possibilita a comercialização dos produtos a preços mais baixos, com redução da incidência tributária e consequente diminuição da arrecadação aos cofres públicos.